



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

PROPOSTA CCEEC Nº 16/2022

Processo: 00.006778/2022-46

Tipo do Processo: Finalístico: Proposta de Coord. de Câmaras Especializadas ou Coord. Nac. de Comissões de Ética

Assunto: Proposta 016/2022 - CCEEC: Manifestações de Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional

Interessado: Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil, Comissão de Ética e Exercício Profissional

TEMA: <i>(art. 2º da Resolução 1.012/2005)</i>	I – exercício e atribuições profissionais; II – registro de profissionais e de pessoas jurídicas; III – verificação e fiscalização do exercício e atividades profissionais; e IV – responsabilidade técnica e ética profissional
ASSUNTO :	Manifestações de Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional
ITEM DO PROGRAMA DE TRABALHO:	05

Os Coordenadores e Representantes de Plenário da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil - CCEEC dos Creas reunidos em Brasília/DF, no período de 05 a 07 de dezembro de 2022, aprovam proposta de seguinte teor:

a) Situação Existente:

Atualmente tramitam no Congresso Nacional 36 Projetos de Lei que têm em seu contexto a Engenharia Civil (8 deles com desdobramentos com outros grupos). Dentre estes, foram elencados 24 projetos como sendo de prioridade e interesse para esta Coordenadoria:

ITEM	NÚMERO	EMENTA
1	PL 1616/1999 PL 4546/2021	Dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art.21 da Constituição, e criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências. Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
2	PL 3480/2019	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art.21 da Constituição Federal, e altera o art.1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de

		1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
3	PL 3729/2004 PL 2159/2021	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do §1º do art.225 da Constituição Federal, e dá outras providências.
4	PL 2664/2011 PL 3515/2019	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.
5	PL 6014/2013 PLS 491/2011	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).
6	PLC 31/2014 PL 3370/2012	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.
7	PLS 705/2015	Altera a redação do §7º do art.12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para excluir da obrigatoriedade da reserva legal as áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ou solar.
8	PL 3516/2015	Institui o Programa Obra Legal e o Selo Obra Pública Legal.
9	PL 4990/2016	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.
10	PL 10108/2018 PLS 2015/2015	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.
11	PLP 547/2018	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).
12	PL 10657/2018	Tipifica o crime de fraude em obra ou serviço de engenharia.
13	PL 2875/2019	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.
14	PL 4847/2019	Altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de

		Meio Ambiente e dá outras providências, para estabelecer o perdimento administrativo de bens utilizados na prática de infrações ambientais, bem como a destinação desses bens e a aplicação dos valores decorrentes de sua alienação.
15	PL 4407/2020	Dispõe sobre a Profissão de Engenheiro de Segurança Contra Incêndios e dá outras providências.
16	PL 4176/2020	Regulamentar a Profissão de Engenheiro Clínico à semelhança da Engenharia de Segurança do Trabalho. Pede o licenciamento de especialização de Engenharia Clínica, aplicando para tanto as técnicas de engenharia para gerenciamento de equipamentos de saúde, com o objetivo de garantir a rastreabilidade, usabilidade, qualidade, eficácia, produtividade, segurança, desempenho dos equipamentos etc.
17	PLP 86/2021 apensado ao PLP 442/2009; por sua vez apensado ao PLP 030/2021 (neste apensados 86 PLPs incluindo o 55/2021 por sua vez apensado ao PLP 399/2008); novo PLP 055/2022	Tratamento diferenciado relativo às normas tributárias, trabalhistas, previdenciárias etc. Insere os profissionais de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, e outras profissões no MEI (faturamento até 130.000,00 - PLP 108/2021). Nesse sentido o PLP 399/2008 já faz menção à arquitetura à agronomia; o PLP 86/2021 aos Engenheiros Civis; o PLP 442/2009 à engenharia consultiva; o PLP 055/2021 ao Arquiteto. Impacta na valorização profissional (salário mínimo da categoria agora inferior ao MEI mensal/anual), na arrecadação dos Creas, e tem viés econômico junto a prefeituras (queda de arrecadação) e discutir como se insere a ART. Já foram apensados 86 PLP ao PLP 030/2021 de autoria do PRESIDENTE DO SENADO.
18	PLP 108/2021	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI). Altera-se o Estatuto da Micro e Pequena Empresa aumenta para R\$ 144.913,41 a receita bruta anual permitida para enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) e para Micro Empresa R\$ 869.480,43, permitindo a contratação de 02 empregados.
19	PL 3169/2021	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Federal.
20	PL 4188/2021	Institui um marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Prevê a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis; e a possibilidade de oneração e de uso de direitos minerários como garantia. Assunto discutido na Comissão Temática de Avaliações e Perícias em 18/08/22.
21	PDL 65/2022	Susta os efeitos do inciso II do Parágrafo 4º do artigo 11 da Resolução CMN 4.676 de 31 de julho de 2018 que permite a dispensa de vistoria (avaliação de imóveis) para financiamento imobiliário.
22	PL 1545/2022	Altera a Lei nº 6.938, de 1981, para estabelecer a obrigatoriedade de incluir profissional com qualificação em direito ambiental nas equipes técnicas multidisciplinares que elaboram os estudos prévios de impacto ambiental para atividades ou empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

23	PL 541/2020	Altera o art. 02 - XV da Lei 10.257/2001 (Diretrizes Gerais da Política Urbana), para incluir a diretriz de simplificação e desburocratização de normas edilícias e processos correlatos. Simplificação da Legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo. Redução de prazos e de custos para obtenção de licenças etc., e oferta de lotes.
24	PL 976/2021	Institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes.

Dentre os Projetos de Lei acima elencados, destacamos como de alta prioridade desta Coordenadoria, os itens: **4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 17, 18 e 21.**

b) Propositura:

Que os Projetos de Lei aqui elencados sejam encaminhados à Assessoria Parlamentar do Confea como as prioridades e interesses da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil – CCEEC no ano de 2022.

c) Justificativa:

Atender a ação prioritária do Item 5 do Plano de Trabalho Exercício 2022 da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil – CCEEC, que apresenta como objetivo analisar e manifestar sobre os Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional, que serão encaminhados pela Assessoria Parlamentar do Confea em cada reunião.

d) Fundamentação Legal:

Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo.

e) Sugestão de Mecanismos de ação:

Encaminhamento à Comissão de Ética e Exercício Profissional – CEEP, para conhecimento e monitoramento.

FOLHA DE VOTAÇÃO

CREA	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Acre	X				
Alagoas	X				
Amapá	X				
Amazonas	X				
Bahia	X				
Ceará	X				
Distrito Federal	X				
Espírito Santo				X	
Goiás	X				
Maranhão	X				
Mato Grosso	X				
Mato Grosso do Sul	X				
Minas Gerais	X				
Pará	X				
Paraíba	X				
Paraná	X				
Pernambuco	X				
Piauí	X				

Rio de Janeiro	X				
Rio Grande do Norte	X				
Rio Grande do Sul					COORDENANDO
Rondônia	X				
Roraima	X				
Santa Catarina	X				
São Paulo	X				
Sergipe				X	
Tocantins	X				
TOTAL	24			02	
Desempate do Coordenador					

X	Aprovado por unanimidade		Aprovado por maioria		Não aprovado		Retirada de pauta
---	---------------------------------	--	-----------------------------	--	---------------------	--	--------------------------

ENG. CIV. JOÃO LUIS DE OLIVEIRA COLLARES MACHADO
Coordenador Nacional da CCEEC/2022



Documento assinado eletronicamente por **João Luis de Oliveira Collares Machado, Usuário Externo**, em 23/01/2023, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0700753** e o código CRC **B61B219A**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 00.006778/2022-46

SEI nº 0700753